

A economia institucional de Thorstein Veblen*

LUCIANO ZAJDSZNAJDER**

1. Introdução; 2. Orientações básicas de Veblen; 3. O real e o imaginário na economia; 4. Observações finais.

1. Introdução

A maior parte dos economistas admite, de bom grado, que há determinados fatores, denominados *institucionais*, que atuam sobre as variáveis econômicas. Em geral, não há livro-texto que não reserve algumas páginas para considerações institucionais; todavia, *fatores institucionais* resumem-se a descrições de organizações governamentais e a certos elementos do quadro jurídico vigente. Na verdade, a teoria econômica convencional não leva em conta tais instituições senão como realidade que em nada afeta o comportamento dos agentes econômicos.

A teoria econômica torna-se efetivamente institucional quando integra, nos seus conceitos e nas suas proposições, enfim, na descrição que faz dos movimentos do sistema econômico e do comportamento dos seus agentes, o quadro institucional, isto é, o conjunto de padrões culturais e formas organizacionais relevantes. Reconhecemos que existe uma grande dificuldade em realizar essa integração, porque obriga a uma atenção redobrada aos casos especiais e às mudanças comportamentais.

O presente trabalho busca aprender como se efetua a integração de fatores institucionais na explicação econômica, na obra de um economista considerado precursor da economia institucional, Thorstein Veblen.

Veblen é, sem dúvida, bastante conhecido, devendo-se a ele um conjunto de obras que obtiveram, na sua época, marcante repercussão. Duas de suas expressões — “classe ociosa” e “consumo conspícuo” — tornaram-se cor-

* Documento apresentado ao Seminário de Economia Institucional, realizado pela Escola Brasileira de Administração Pública nos dias 16 e 17 de abril de 1979.

** Professor da Escola Brasileira de Administração Pública; chefe do Departamento de Estudos Organizacionais e Coordenador do Seminário de Economia Institucional.

rentes. Foi, também, precursor de idéias a respeito da tecnocracia, com tantas repercussões no presente século, e sobre a separação entre direção e propriedade nas grandes organizações privadas. Há, ainda, sugestões de que sua obra contém idéias precursoras da psicanálise de Freud.

A extensão reduzida e o caráter preliminar deste trabalho fizeram com que resumíssemos o exame do pensamento de Veblen aos seus dois primeiros livros: *Theory of leisure class*¹ e *Theory of business enterprise*.² É certo que uma apreciação mais justa teria de levar em conta o conjunto de sua obra.

O trabalho divide-se em três partes. Na primeira, descrevemos e analisamos as orientações temáticas principais das duas obras. Na segunda, examinamos o posicionamento de Veblen quanto à função de fatores expressivos ou simbólicos na determinação da direção do sistema econômico. A escolha desta questão prende-se ao fato de que a explicação do funcionamento da economia pela ação de fatores expressivos ou simbólicos constituiria uma orientação realmente original no pensamento econômico. Na terceira parte apresentamos algumas idéias sugeridas pela leitura de Veblen, acerca da natureza, dos limites e aplicações da abordagem institucional em economia.

2. Orientações básicas de Veblen

Pretendemos, nesta parte do trabalho, apresentar sumariamente as orientações básicas da Teoria da classe ociosa³ e da Teoria da empresa industrial.⁴ Não será nosso objetivo oferecer um resumo de suas principais proposições, mas apresentar e examinar determinados temas e questões que melhor sirvam para expor o pensamento institucional de Veblen.

Examinaremos inicialmente o seu conceito de instituição. Trataremos, a seguir, de suas idéias sobre comportamento predatório, classe ociosa e consumo conspícuo. O sistema industrial e suas relações com o direito de propriedade constituirão o próximo tópico. Finalmente, apresentaremos suas idéias sobre as prováveis transformações da sociedade industrial capitalista.

2.1 Instituições, economia e mudança social

O subtítulo da Teoria da classe ociosa é Um estudo econômico das instituições, o que significa que não está dirigido ao estudo de *instituições econômicas*, mas a determinadas instituições e suas implicações econômicas.

Para Veblen, as instituições constituem:

“(. . .) hábitos mentais prevalecentes no tocante a relações e funções parti-

¹ Veja Veblen, Thorstein. *Theory of leisure class*. 1899.

² Veja Veblen, Thorstein. *Theory of business enterprise*. 1904.

³ Veblen, Thorstein. *Teoria da classe ociosa — um estudo econômico das instituições*, trad. Olivia Krahenbul, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1965. Do original em inglês *Theory of leisure class*.

⁴ Veblen, Thorstein. *Teoria da empresa industrial*, trad. Edgar Magalhães, Globo, Porto Alegre, 1966. Do original em inglês *Theory of business enterprise*.

culares do indivíduo e da comunidade; e o esquema da vida, feito de um agregado de instituições em vigor em determinada época ou em um determinado ponto do desenvolvimento de qualquer sociedade, podem, do lado psicológico, ser largamente caracterizados como uma atitude espiritual prevalecente, ou uma teoria prevalecente da vida. No que toca a traços genéricos, essa atitude espiritual ou teoria de vida é, em última análise, redutível a termos de um tipo prevalecente de caráter”.⁵

Neste conjunto de *hábitos mentais* e de *funções particulares do indivíduo e da comunidade*, Veblen inclui padrões de comportamento e de atitudes mentais, tipos de organização, instituições jurídicas e grupamentos humanos. As principais instituições estudadas nessas obras são: a) o comportamento de desperdício; b) o comportamento pecuniário; c) a empresa de negócios; d) o direito de propriedade; e) a classe ociosa.

Deve-se observar que o autor vincula instituições a tipos de caráter, ou seja, a tipos humanos, e entre eles estabelece uma relação, já que as instituições selecionam os tipos humanos que mais se lhes adequam:⁶

“A situação, inclusive das instituições em vigor em qualquer época determinada, favorecerá a sobrevivência e o domínio de um tipo de caráter de preferência a outro”.

Os indivíduos, entretanto, *selecionados para continuar*, moldarão as instituições herdadas do passado *à sua imagem e semelhança*.⁷ A seleção de indivíduos refere-se a tipos étnicos, havendo determinadas raças mais compatíveis com certas instituições.

Não apenas os indivíduos são selecionados à luz das instituições. A estrutura social encontra-se submetida a um processo de evolução, no qual se dá uma *seleção natural de instituições*.

Prevalece no pensamento de Veblen um esquema biológico, sendo o termo seleção de origem darwiniana. De fato, a explanação geral das alterações parte das relações entre o ser vivo e seu meio ambiente, numa forma que muito se aproxima à contemporânea teoria dos sistemas:⁸

“As forças que modelaram o desenvolvimento da vida humana e da estrutura social são, sem dúvida, ulteriormente redutíveis a termos de tecido vivo e ambiente material; mais aproximadamente para o objetivo em vista, essas forças podem melhor ser definidas em termos de meio ambiente, em parte humano, e em parte não-humano, e num elemento humano dotado de uma constituição física e intelectual mais ou menos variável, principalmente, sem dúvida, se submetido a uma regra de conservação seletiva de variações favoráveis”.

Embora Veblen assinale que existe entre a instituição e a necessidade que a fez surgir uma determinada relação, o fato mais freqüente é uma defasagem das instituições. Este é, em nosso entender, o ponto marcante do pensamento

⁵ Veblen, Thorstein. *Teoria da classe ociosa*. cit. p. 179.

⁶ Veblen, Thorstein. *Teoria da classe ociosa*. cit. p. 178.

⁷ Thorstein. *Teoria da classe ociosa*. cit.

⁸ Thorstein. *Teoria da classe ociosa* cit.

do autor a respeito de instituições e que se fundamenta numa explicação das tendências conservadoras das sociedades.⁹

“As instituições são o produto de processos passados, adaptados a circunstâncias passadas e, por conseguinte, nunca estão de pleno acordo com as exigências do presente”.

Assim, as próprias instituições são um *elemento conservador* e um *fator de inércia social, de inércia psicológica, de conservadorismo*. Tal inércia, porém, é explicável por uma característica dos seres humanos, que reajustam os seus hábitos mentais de modo a se conformarem a situações alteradas, *apenas tardiamente e com relutância*. Esta dificuldade de mudança acha-se acentuada nos grupos que mais se encontram abrigados *contra a ação do ambiente*.¹⁰

O conservadorismo frente às instituições estaria presente tanto nos ricos quanto nos pobres. Os primeiros seriam conservadores não apenas por interesse ou cálculo, mas porque a oposição à mudança é instintiva. Além disso, o próprio conservadorismo pode institucionalizar-se e adquirir um valor honorífico, ou seja: forma-se uma instituição — o conservadorismo — que reforça outras. Quanto aos pobres, dois fatores impelem-nos para o conservadorismo. Em primeiro lugar, a escassez dos meios de subsistência impede realizar *o esforço de pensar o dia de amanhã e incapacita-os para aprender e adotar novos hábitos mentais*. De outra parte, os padrões de gastos conspícuos e de respeitabilidade pecuniária, que lhes são transmitidos pelas classes dominantes, “sugam-lhes a energia e impedem que aumentem o seu conforto físico e plenitude de vida”, mantendo-os na mesma situação.

Complementar a essa concepção acerca das fortes tendências conservadoras encontradas nas sociedades é o fenômeno de reversão — atualmente, sob a influência da psicanálise, chamaríamos de *regressão* — a instituições arcaicas.

Embora Veblen não as apresente de modo sistemático, supõe a existência de fases na história humana, às quais estariam vinculados tipos humanos específicos e hábitos de vida. Teria ocorrido inicialmente uma fase pacífica na qual não existia a propriedade privada. Com o surgimento da propriedade privada, que decorre do aparecimento do excedente econômico, surge a fase predatória, na qual *a agressão se apresenta como forma prestigiosa de ação*. Segue-se a fase quase-pacífica, na qual a propriedade se torna mais e mais prova de sucesso, e a obtenção da propriedade ocorre por meio de habilidade e fraude, mas não por façanhas guerreiras. Finalmente, surge a fase específica contemporânea, onde predomina a perspectiva pecuniária.

Esta enumeração de fases não será questionada. Servirá apenas para o propósito de ilustrar a questão de reversão. Afirma Veblen:¹¹

“Sabe-se de sobejo que, quando os indivíduos, ou mesmo grupos consideráveis de homens, são segregados de uma cultura industrial mais alta e expos-

⁹ Thorstein. *Teoria da classe ociosa*. cit. p. 181.

¹⁰ Thorstein. *Teoria da classe ociosa*. cit.

¹¹ Thorstein. *Teoria da classe ociosa*. cit. p. 185

tos a um ambiente cultural mais baixo, ou a uma situação econômica de tipo mais primitivo, eles depressa revelam sinais de reversão aos traços espirituais que caracterizam o tipo predatório”.

Inclui ainda a idéia de que certos tipos têm maior estabilidade ou persistência, o que facilita a reversão. Em certas passagens, como a que antecede a supracitada, afirma a persistência dos tipos das fases predatória e quase-pacífica. Em outras, afirma a maior estabilidade do tipo correspondente à primeira das fases mencionadas.

Se transparecem bastante claramente nos textos as concepções de Veblen acerca da permanência e do caráter inerentemente conservador das instituições, não ficam jamais claras as razões de seu surgimento ou de seu desaparecimento. Parece ocorrer um efeito combinado de fenômenos técnicos, biológicos e das próprias instituições em funcionamento. Assim, o surgimento da instituição da propriedade privada parece fundamentalmente ligado à existência de um excedente econômico. A formação da classe ociosa, porém, deve-se à existência da propriedade privada e à ação do que Veblen chama de “instinto predatório”, algo de natureza biológica. A origem do excedente seria, portanto, encontrada num outro tipo de instinto: o instinto de trabalho eficaz (*instinct of workmanship*). No entanto, a tendência à emulação, característica da fase predatória e das fases posteriores, é uma espécie de variante do instinto de trabalho eficaz. De outra parte, é o sistema industrial moderno — um fenômeno tecnológico — que será responsável pela derrocada da instituição da propriedade privada. Assim, a tecnologia e o elemento biológico do instinto do trabalho eficaz que lhe corresponde constituem o alfa e o ômega da propriedade privada — a instituição fundamental. Ao mesmo tempo, há extrema coincidência entre os hábitos que a máquina e o sistema industrial desenvolvem e aqueles da primeira fase humana, por sinal os mais estáveis. O que não impede — como se verá — que com o auge do sistema industrial possam se apresentar instintos, hábitos e instituições arcaicas. Há, assim, uma indeterminação no destino humano, resultado da variabilidade da importância dos diversos fatores. Não é claro, também, o efeito que as instituições têm sobre a história humana e sobre a economia em particular. Funcionam como elemento de inércia e de esclerosamento, não parecendo representar conquistas ou marcos da evolução. Veblen coloca no mesmo plano as instituições da classe ociosa e do liberalismo. O comportamento predatório é aquele que o moderno sistema industrial reforça. A futilidade do comportamento predatório contrapõe a vulgaridade dos hábitos desenvolvidos pelo sistema industrial. Parece haver uma inutilidade essencial às instituições (algo que lembra o dito extremo de que o homem “é uma paixão inútil”). Observe-se, porém, que esta orientação é mais marcante na Teoria da classe ociosa do que na Teoria da empresa industrial.

2.2 Classe ociosa, consumo conspícuo e comportamento predatório

As instituições da classe ociosa, do consumo e do ócio conspícuos e o comportamento predatório têm como condição de existência o excedente eco-

nômico, a propriedade privada. Caracterizam uma situação espiritual geral que Veblen chama de *regime de status*. Tal situação implica a permanente comparação entre as pessoas e a separação de pessoas e atividades em superiores e inferiores, honradas e indignas. O conceito fundamental do regime de *status* é o que Veblen chama de “comparação invejosa” (ou “odiosa”):¹² “Ao usar a expressão *invejosa* é talvez desnecessário notar que nenhuma intenção existe de elogiar ou depreciar, nem de recomendar ou lastimar qualquer dos fenômenos por ela caracterizados. Usa-se aqui o termo num sentido técnico para descrever a comparação entre os indivíduos, classificando-os e estimando-os no tocante ao seu valor relativo, num sentido estético ou moral; o termo é usado para designar os graus relativos de complacência segundo os quais os homens podem legitimamente ser vistos por eles mesmos e por outros. Uma comparação odiosa é o processo de estimativa das pessoas relativamente ao seu valor”.

O sentido básico do regime de *status* é que o valor das pessoas deixa de se encontrar nelas mesmas — como se, com o aparecimento da instituição da propriedade, os valores se tivessem tornado exteriores às pessoas e penetrado no âmago das coisas. Dessa forma, é através da comparação entre coisas que se extrai o valor das pessoas. O valor pessoal é, então, afirmado pelo que fazem e pelo que consomem, numa base comparativa, em relação a outros seres humanos. O sentido básico da Teoria da classe ociosa é mostrar que essa condição, que também se expressa nos cultos antropomórficos, “onde há uma relação de *status* entre o sujeito humano como inferior e o agente sobrenatural personificado, como superior”, tem um efeito de retorno sobre a economia, influenciando sobre a produção e o consumo.

As transformações hierárquicas de valores conjugam-se às formas de apropriação do excedente. Num primeiro estágio — a fase predatória já mencionada — a maneira de apropriação dá-se através de atividades guerreiras. A isto corresponde uma divisão de trabalho, que é, também, uma divisão sexual de trabalho. Aos homens cabem principalmente as tarefas superiores de combate e a caça e às mulheres — ou escravos, mais tarde — as atividades mais tediosas e inferiores. Num segundo estágio — pecuniário — forma-se uma classe ociosa, sem qualquer atividade de natureza produtiva, e cuja maneira de afirmar a superioridade dá-se através da apropriação da riqueza pela fraude e pelo ardil e do consumo e do ócio ostentatórios. Esta classe estabelece para o resto da sociedade padrões do que é considerado vida decente e respeitabilidade.

A fase pecuniária é uma transformação posterior da fase predatória. Suas instituições constituem metamorfoses de instituições anteriores. Permanece, porém, ao longo das duas fases, um esquema de separação de atividades que é o cerne do regime de *status*. Ao longo da Teoria da classe ociosa, e de forma muito pouco sistemática, Veblen mostra as transformações deste esquema, que toma as seguintes formas originais:

¹² Thorstein. *Teoria da classe ociosa*. cit. p. 46.

1. Oposição entre objetos, seres e funções dignas (ou honrosas) e indignas. No primeiro grupo, encontram-se os homens, as características da solidez física, da agilidade, da ferocidade, da agressão; os trabalhos de natureza predatória; as armas; a matança de adversários temíveis. No segundo grupo, as mulheres, os escravos e especialmente, o trabalho.

2. Oposição entre proeza e indústria. A proeza tem um sentido guerreiro, na fase predatória e, posteriormente, vincula-se à obtenção de grandes propriedades, à acumulação de riquezas. À indústria corresponde o trabalho produtivo.

Há uma complexa dinâmica onde não prevalecem os movimentos lineares ou mecânicos: os tipos humanos adequam-se às instituições dominantes (mas nem sempre) e certos padrões institucionais sofrem metamorfoses. O guerreiro saqueador metamorfosear-se-á no capitão de indústria das épocas mais recentes. Veblen não estabelece muito claramente os estágios intermediários desta genealogia. Os elementos básicos a sofrer transformações posteriores — ou a servir de base para reversão — seriam os traços: ¹³

“... que caracterizam a fase predatória (...) e que indicam os tipos de homens melhor adaptados para sobreviver no regime de estamento. São, em sua expressão primária, a ferocidade, o egoísmo, o sentimento de clã e a falsidade — o livre recurso à força e à fraude”.

Ao longo destas transformações do modo institucional predatório, vai-se constituindo uma classe ociosa, isto é, dedicada a atividades não-produtivas. A ela são reservadas as funções honoríficas: atividades governamentais, guerreiras, religiosas, desportivas. Com o desenvolvimento da fase pecuniária, a honorabilidade começa a ser vinculada não ao ócio conspícuo, mas ao consumo. O ócio, observa Veblen, não implica indolência, mas o emprego do tempo em atividades não-produtivas, especialmente no cuidado e produção de bens imateriais. Trata-se do desenvolvimento de talentos quase-eruditos ou quase-artísticos, e um conhecimento de processos e incidentes “que não trazem vantagem à vida”. Envolvem o campo geral das boas maneiras, educação, polidez, decoro e normas de cerimonial. A maioria destes comportamentos está voltada para a expressão de um afastamento das tarefas produtivas e, portanto, de uma superioridade.

A Teoria da classe ociosa é um trabalho de “arqueologia” de determinadas instituições, mas está, também, intensamente voltada à revelação da presença destes elementos de origem arcaica em plena sociedade industrial do fim do século XIX. Veblen faz um extensíssimo levantamento da quase-onipresença dos comportamentos de ostentação e de desperdício com um sentido de afirmação de *status* pecuniário em quase todos os recantos da existência humana. Identifica a sua presença no sentido estético, na formação dos gostos, na perpétua mudança das modas, no vestuário, na religião, na educação, nos padrões de beleza feminina. De fato, encontra-se em ação todo um sistema.¹⁴

¹³ Thorstein. *Teoria da classe ociosa*. cit. p. 209.

¹⁴ Thorstein. *Teoria da classe ociosa*. cit. p. 50-1.

“O consumidor que, a exemplo de Diógenes, insistisse na eliminação de todos os elementos honoríficos ou de desperdício de seu consumo, seria incapaz de suprir suas necessidades mais triviais no mercado moderno. Com efeito, mesmo que tentasse suprir suas necessidades, pelo seu próprio esforço, acharia difícil, quando não impossível, despojar sua cabeça dos hábitos contemporâneos de pensamento, de modo que dificilmente poderia obter um suprimento das coisas necessárias da vida para o consumo de um só dia que fosse, sem que, instintiva e inadvertidamente incorporasse, em um produto banal, alguma coisa desse elemento honorífico, quase decorativo, da obra perdulária.

Vamos encontrar também fortes sobrevivências do instinto predatório, não apenas no comportamento de acumulação pecuniária, mas, especialmente, nos esportes, que constituem *sobrevivências modernas da proeza*. A permanência da *crença na sorte* também faria parte deste complexo instintivo-institucional.

Em relação aos esportes, afirma Veblen:¹⁵

“São em parte simples expressões irrefletidas de uma atitude de ferocidade emulativa, em parte atividades deliberadamente iniciadas no intuito de obter renome de proeza. Esportes de toda espécie têm um mesmo caráter geral, inclusive o pugilismo, as touradas, o atletismo, o tiro ao alvo, a pesca, o iatismo, e os jogos de habilidade, até mesmo quando o elemento de eficiência física demolidora não é característica saliente”.

Já outro elemento do regime de *status* — a crença na sorte e os cultos animistas — encontrar-se-ia em grande oposição ao sistema industrial, onde devem prevalecer os raciocínios causais. Constituem elementos ligados ao regime de *status* e às atividades predatórias. Neste caso, Veblen está assinalando a presença de uma instituição derivada de outras.

Frente à Teoria da classe ociosa vemos-nos diante de duas interpretações. A primeira é reconhecer, em todas as atividades que Veblen imputa à classe ociosa, elementos de natureza duplamente convencional: resultado do ócio e da emulação. Assim, a elegância e os esportes, as maneiras refinadas e o interesse estético seriam elementos que não representam nada de essencial na vida do homem, embora se apresentem bastante persistentes. A natureza destas atividades, sua função, volta-se para pura demonstração de superioridade. A segunda interpretação é que há um elemento fundamental a considerar, ao lado do aspecto emulativo e de *status*, que poderia ser destacado de tais atividades. A primeira interpretação parece receber mais freqüente confirmação no texto. Todas estas atividades apresentariam, assim, um caráter nitidamente parasitário, com uma base predatória. Segundo uma perspectiva biológica, seriam, portanto, não-essenciais (a essência humana neles se espelha menos pelo conteúdo do que pela forma ou função).

Parece também claro que Veblen esquematiza. Apresenta somente como alternativa o trabalho produtivo ou o ócio ostentatório. Formas de ócio e de consumo para auto-recreação encontram-se ausentes. Trata-se de um mundo

¹⁵ Thorstein. *Teoria da classe ociosa*. cit. p. 234.

em que o prazer sem finalidades exibicionistas (ou expressivas) tem um lugar subsidiário e menor. Em nosso mundo a presença de ostentação no ócio e no consumo, de valorização da proeza e desvalorização do trabalho, a importância dada ao *status* e à emulação certamente ocorrem, embora num grau bem menos intenso que o apresentado pelo autor. Frequentemente, à leitura da Teoria da classe ociosa temos a impressão de que estamos diante de uma paródia, de um mundo caricatural — um resultado da intensificação extremada de certos traços. Isto não impede que muitas realidades de peso tenham sido assinaladas. Pode-se, também, perguntar se a paródia não é a tendência do institucionalismo, assim como a elaboração de modelos abstratos e distantes da realidade constitui a tentativa de outros tipos de pensamento econômico.

2.3 *Sistema industrial e propriedade privada*

A visão que Veblen nos apresenta do sistema produtivo manufatureiro contrasta profundamente com o mundo que deixamos para trás no exame dos comportamentos fúteis e ostentatórios. O sistema industrial é descrito como uma gigantesca máquina em que determinadas partes produzem os insumos de outras, segundo padrões e ritmos determinados por eles causais.¹⁶

“Todo o conjunto das operações industriais deve ser considerado como um processo mecanizado, constituído de processos intermediários especiais, de preferência a uma multiplicidade de aparelhos mecânicos, cada um deles efetuando o seu trabalho de maneira individual e diversa. Esse extenso processo industrial abrange na sua esfera e põe a seu serviço todos os ramos do conhecimento que se relacionam com as ciências físicas, e o conjunto forma um complexo em maior ou menor grau, de subprocessos delicadamente equilibrados”.

A interdependência dos subprocessos resulta na necessidade de “ajustagens intersticiais” e na extrema padronização de medidas de cômputo e de ferramentas, e tem como consequência “a padronização dos serviços tanto quanto a dos produtos”. E esta extrema interdependência resulta em que “qualquer perturbação em qualquer setor (. . .) afeta de pronto os ramos vizinhos ou correlatos”.

Os elos entre os elementos do sistema industrial seguem, entretanto, uma lógica que não é a lógica da máquina:

“É por meio de transações mercantis e financeiras que pode conservar-se o equilíbrio das relações entre as diversas unidades industriais ou que podem elas ser restauradas, ajustadas e reajustadas, e é na mesma base e segundo os mesmos métodos que são regulados os negócios de cada unidade industrial. As relações de qualquer estabelecimento industrial independente com seus empregados, assim como as outras empresas, reduzem-se a termos pecuniários”.

¹⁶ Veblen, Thorstein. *Teoria da empresa industrial*. cit. p. 4.

O objetivo da Teoria da empresa industrial é uma descrição da evolução da empresa de negócios e do homem de negócios até o seu provável desaparecimento. O homem de negócios e sua empresa seguem a lógica pecuniária e, portanto, os padrões que, em última instância, vão orientar-se no sentido predatório. O homem de negócios tira vantagens dos desequilíbrios do sistema industrial. Ele que, originalmente, mantém uma relação mais direta com a atividade produtiva, encontra o caminho de seu desenvolvimento exatamente nas atividades comerciais e financeiras:¹⁷

“Os interesses pecuniários dos homens de negócios (. . .) não coincidem com a conservação perene do equilíbrio industrial (. . .) seus lucros (ou perdas) acham-se relacionados à magnitude dos desequilíbrios que ocorrem, mais do que à sua influência sobre a prosperidade da comunidade”.

No seu papel de buscar vantagens, o homem de negócios dirige-se no sentido de criar monopólios, dominar ramos industriais e expandir as vendas por meio da propaganda. Partindo da pressuposição da liberdade de iniciativa e de contrato, encontra nesta mesma pressuposição um impedimento para a sua expansão e para os seus lucros:¹⁸

“De maneira que não incidimos em grande exagero afirmando que o maior, certamente o mais seguro e indiscutível serviço prestado pelos modernos grandes capitães da indústria consiste na redução dos negócios a serem efetuados — essa vasta retirada de homens de negócios dos serviços — e a definitiva supressão de oportunidades para a iniciativa privada”.

Esta ação dos homens de negócios resulta na disparidade entre preços e custos efetivos dos produtos, isto é, custos de produção industrial. Os custos da propaganda juntamente com controles monopolísticos determinam tal disparidade.

A natureza financeira da atividade do homem de negócios afasta-o ainda mais da lógica do sistema mecanizado. Mediante o sistema de crédito, realizam-se expansões irrealis, sem a necessária contrapartida com a base do equipamento produtivo. Essas expansões irrealis resultam em liquidações que redistribuem as propriedades entre os credores. Desta forma, por meios extrínsecos, são realizadas interferências no sistema produtivo.

A interferência sobre o sistema produtivo dá-se, também, por outros instrumentos financeiros: os títulos de propriedade. Trata-se do movimento de acumulação de ativos financeiros e o desenvolvimento do controle dos negócios por aqueles que manipulam tais ativos. Dessa forma, por meio da criação de novas instituições — basicamente a capacidade de emitir ações sem garantias materiais e apenas com fundamento na credibilidade, isto é, em ativos intangíveis — constitui-se não somente em controle das atividades produtivas por aqueles que estão apenas voltados para questões financeiras, como, ainda, desvincula-se a obtenção de lucros de qualquer processo produtivo.

¹⁷ Thorstein. *Teoria da empresa industrial*. cit. p. 14-5.

¹⁸ Thorstein. *Teoria da empresa industrial*. cit. p. 25.

Assim, os homens de negócio, embora originalmente se tenham oposto à lógica unificada e unificadora do sistema produtivo, dirigem-se, através dos movimentos financeiros, no mesmo sentido: a tendência do movimento financeiro é no sentido de unificar-se e conglomerar-se.

Assim como os homens de negócio agem no sentido de destruir o seu fundamento, que é a liberdade de iniciativa e de contrato, também o sistema industrial mecânico funciona nessa direção:¹⁹

“O processo mecanizado não promove o conhecimento de questões concernentes ao bem e ao mal, ao mérito e ao demérito, salvo sob o aspecto da causalidade material, nem dos fundamentos ou do imperativo da lei e da ordem, exceto aquela lei e aquela ordem impostas mecanicamente e que podem ser expressas em termos de pressão, temperatura, velocidade, elasticidade”.

Um dos efeitos espirituais do sistema mecanizado sobre os operários é retirar-lhes o senso de propriedade e de iniciativa econômica individual. Cria, ao mesmo tempo, condições para o aparecimento do sindicalismo e do socialismo, que em essência opõem-se aos direitos da propriedade e à liberdade de contrato:²⁰

“O sindicalismo nega ao trabalhador a liberdade de contrato individual, assim como a liberdade de iniciativa do empregador de conduzir a sua indústria exclusivamente de acordo com os seus interesses pessoais”.

Veblen vai indicando, portanto, como forças poderosas da sociedade — homens de negócios, sindicatos e o próprio sistema mecanizado — vão destruindo o princípio básico da empresa de negócios, os direitos de propriedade e da liberdade de contrato.

Ao examinar também os ciclos de depressão e prosperidade e os processos de crise econômica, vai Veblen indicar que a forma de estabilização da economia só poderá dar-se mediante a formação de coligações ou trustes, o que constitui outro golpe contra o direito de propriedade e a liberdade de contrato e de iniciativa:²¹

“É somente na base do monopólio que essa opressiva depressão pode ser definitivamente debelada.”

O processo é assim descrito:²²

“Algumas considerações podem ser acrescentadas acerca das últimas fases da situação financeira. As grandes coligações e as manobras financeiras com elas relacionadas redundam em aumento das grandes fortunas dos maiores homens de negócios o que, por sua vez, aumenta os grandes rendimentos que não podem ser gastos em despesas de consumo; acelera o incremento dos investimentos; incentiva a concorrência quando esta é possível; tende a provocar depressões da maneira já indicada. As grandes coligações, por conseguinte, parecem trazer consigo as sementes da doença da concorrência, e essa

¹⁹ Thorstein. *Teoria da empresa industrial*. cit. p. 157.

²⁰ Thorstein. *Teoria da empresa industrial*. cit. p. 167.

²¹ Thorstein. *Teoria da empresa industrial*. cit. p. 130.

²² Thorstein. *Teoria da empresa industrial*. cit. p. 33.

consequência maléfica pode, por conseguinte, ser evitada somente por meio de uma coligação de empresas tão vasta e rigorosa que exclui inteiramente a competição, mesmo na hipótese de haver qualquer investimento concebível de novos capitais à procura de investimentos”.

Notamos fundamentalmente que, em relação à moderna sociedade industrial, Veblen descreve um processo de destruição de instituições. As instituições atingidas são o direito de propriedade e a empresa de negócios que nela se baseia. Esta destruição decorre da atuação de dois conjuntos de processos. O primeiro e principal é o funcionamento do sistema mecanizado que obriga a interdependência, impondo a unificação ao que o direito de propriedade pretende separar. O segundo conjunto é de natureza múltipla. Constitui, em primeiro lugar, resultado da lógica de atuação do homem de negócios (e de instituições financeiras que cria) que acarreta a formação de conglomerados; em segundo lugar, da solução necessária a ser dada para as crises e depressões dos negócios — cuja origem se encontra numa interação entre as características do sistema industrial e a atuação dos homens de negócio. Esta solução é dada pela formação dos trustes.

2.4 O futuro da sociedade industrial capitalista

Ao final das análises aludidas no item anterior, em que se mostram os prováveis efeitos do sistema mecanizado, das atividades financeiras e das crises e depressões, Veblen prefigura um desfecho *ideal* (note-se a interação entre a tecnologia e a instituição do direito de propriedade):²³

“Em resumo, o exercício do livre contrato e dos outros poderes inerentes ao direito natural de propriedade são incompatíveis com a tecnologia industrial moderna. A direção da indústria concentra-se naturalmente em mãos outras que não as dos acionistas. Na melhor das hipóteses, na medida em que a tecnologia mecânica e suas concomitantes consequências financeiras são exercidas de maneira constante, o conjunto dos proprietários se acha necessariamente reduzido praticamente ao *status* de pensionistas dependentes da iniciativa dos grandes detentores de ativo imaterial; o conjunto dos homens de negócios é, similarmente, no desfecho ideal, desapossado no que diz respeito à iniciativa administrativa e reduzido a uma hierarquia burocrática sob a mesma direção; e o restante do populacho é muito dificilmente classificado a não ser como matéria-prima da indústria.”

Reconhece, porém, que todo este processo se faz acompanhar de “agitação social” e “outras desordens da vida civilizada”, enquanto a indústria mecanizada traz como resultado “vulgarização e desintegração”. Há que enfrentar o “problema social” posto pelo conflito de forças institucionais.

A saída indicada por Veblen encontra-se numa política “ao mesmo tempo belicosa e patriótica”:

“A familiaridade com um esquema de vida belicoso e predatório é o fator disciplinar mais forte de que se pode lançar mão para contrabalançar a vul-

²³ Thorstein. *Teoria da empresa industrial*. cit. p. 134.

garização da vida moderna forjada pela indústria pacífica e o processo mecanizado, e para reabilitar o sentimento decadente de *status* e dignidade diferencial.”

É realmente interessante — e inquietante — como esta “solução”, que combina a formação de trustes e monopólios com um espírito de militarização da sociedade apresentou-se como saída na Alemanha, 30 anos depois que Veblen publicou a Teoria da empresa industrial. É, também, importante notar que, nestas passagens, o autor desliga-se daquela apreciação distante frente às questões institucionais que manifestara em sua obra sobre a classe ociosa.

Reconhece Veblen que esta “saída” constitui uma reversão a instituições passadas, de natureza predatória. Observa, ainda, que esta reversão contém uma incompatibilidade: a política agressiva e os ideais aristocráticos não se coadunam com a tecnologia e as ciências modernas. Esta oposição entre ideais aristocráticos e tecnologia moderna terá, portanto, de ser decidida, sendo questão difícil determinar qual dos dois prevalecerá. No entanto, a indústria e a ciência constituem a base do poder da política belicista, de modo que o espírito aristocrático e belicista, para se afirmar, tem que destruir a fonte de seu poder. Conclui Veblen, no entanto, que qualquer que seja o vencedor, é certo que assistiremos ao fim da empresa de negócios.

3. O real e o imaginário na economia

Veblen é freqüentemente tomado como uma exceção na história do pensamento econômico. Será por ter tratado de alguns assuntos que são, em geral, de pouco apreço por parte dos economistas? A resposta a esta pergunta é negativa: os assuntos de Veblen, quando trata especificamente das questões econômicas, não se diferenciam dos temas de outros economistas: preços, valores, acumulação e investimentos, crise, etc. Será então pelo método de análise e de exposição? Certamente a Veblen faltava método. Nada mais inusitado, por exemplo, encontrar o capítulo que apresenta os conceitos sobre instituição e a dinâmica das instituições quase ao meio da Teoria da classe ociosa e com o título: Isenção industrial e conservadorismo. Não com freqüência, passa de um conjunto de assuntos a outro conjunto com pouca ou nenhuma relação com o primeiro. E parece ter pouca percepção de que está apresentando argumentos e muitas vezes mais remói o que afirma do que prova. Além disso, possui um senso muito limitado de periodização histórica e pouca preocupação com a definição de suas etapas. Para os que possuem ou pretendem possuir um outro sentido do tempo — mais marxista ou mais comptiano, isto é, mais *arrumado* — as estórias contadas por Veblen parecem uma grande confusão. Fala, por exemplo, em “indústria” como algo permanente na história e em “moderno sistema industrial” quando ocorre a utilização da máquina. Registra o aparecimento do capital financeiro, mas não o localiza no tempo nem apresenta a magnitude de sua importância, de

modo que nos seus argumentos pode utilizar a sua presença — ou ausência — a seu bel-prazer.

A relativa desordem de seus argumentos parece inaceitável, depois de Smith, Ricardo, Marx, Mill e Marshall — a quem evidentemente conhecia e cita. Chega-se a comparar sua Teoria de classe ociosa a uma obra literária, o que consideramos equivocado: o texto é freqüentemente enfadonho e cheio de inúteis repetições. Talvez fosse melhor compará-la a certos sermões.

Veblen possui um *status* muito dúbio na própria história e na estima dos que lhe sucederam. Demonstram-se-lhe considerações e apreço; admite-se que deu algumas contribuições muito importantes. À parte disso, porém, é considerado como um desvio a ser entendido não no sentido moral ou sociológico, mas no sentido ferroviário: um ramal interessante, que às vezes vale a pena percorrer, mas que nada tem com as principais linhas.

Os que têm maior consideração pelas obras de Veblen justificam-se por sua preocupação com instituições e com o fenômeno institucional na economia. Se não fosse pelo estudo das instituições, a diferença entre Veblen e outros economistas — de Smith e Marshall, conforme assinalamos — seria meramente de intensidade. Todo estudo econômico é institucional e a diferença reside tanto na aludida intensidade com que os fenômenos institucionais são estudados, quanto na identificação das instituições pertinentes e suas características fundamentais. Compare-se a escolha da escola clássica — proprietários de terra, capitalistas e trabalhadores — com a escolha dos chamados neoclássicos — produtores e consumidores racionais. Embora haja diferenças fundamentais — a escola clássica assinala a presença de conflitos de interesse e a neoclássica não os vê, já que, entre outras coisas, encara produtores e consumidores como faces da mesma moeda — talvez exista entre eles um acordo fundamental sobre a natureza de certos fenômenos econômicos.

A questão das diferenças entre as linhas de teoria econômica parece provir da suposição de instituições diferentes. É possível assinalar suposições institucionais diferentes nos conflitos teóricos que temos assistido entre marxistas, neo-ricardianos e neoclássicos. A discussão muitas vezes ignora o quadro institucional de base e restringe-se a conceitos, explicações e mensurações — *mais-valia*, *redução da taxa de lucro*, *função de produção agregada*, etc. Seria interessante poder mostrar que a escolha de determinado quadro institucional faz-se acompanhar de um conjunto de conceitos e mensurações. E cada conjunto destes assemelha-se a um mundo apartado, onde são realizadas as investigações dos que ali escolheram “residir”. Aparentemente, pouco se comunicam — apesar de certos sinceros esforços. A análise desses mundos e da forma como são construídos talvez permita entender uma das questões mais intrincadas em relação à economia: a presença de dogmatismos e a formação de rígidas ortodoxias.

Veblen, sem dúvida, construiu um mundo alternativo. Keynes assim o fez dentro de uma tradição; Kalecki, dentro de outra; e Sraffa, dentro de outra mais.

Consideramos que é possível perceber a existência de duas vertentes no “mundo” de Veblen. A primeira é razoavelmente familiar, isto é, constitui o Veblen apresentado mais freqüentemente e cujos principais aspectos já descrevemos, ao sumariar suas principais orientações. O segundo Veblen tem sido geralmente muito pouco — e apenas marginalmente — percebido.

Depois de feitas as leituras de Marx — onde são apresentados um *jovem* e um *velho* — pode parecer que estamos aqui trilhando um caminho semelhante. Se há semelhança esta se deve ao fato normalmente razoável de que as produções do espírito humano jamais são uniformes e homogêneas, ocorrendo sempre a presença de encaixe deficiente entre as partes: este encaixe imperfeito pode ir desde as simples contradições formais — o que significaria em geral uma produção de baixa qualidade — até a convivência de enunciados que não são inteiramente compatíveis (digamos: são apenas razoavelmente compatíveis). No último âmbito, podemos ter a convivência de definições diferentes de mesmos conceitos ou de objetos de investigação. Para sermos mais específicos, podemos ter uma teoria em economia que suponha: a) dois quadros institucionais diferentes que, bem analisados, não deveriam ser assim justapostos; b) duas definições diferentes do que vem a ser a economia.

O Veblen mais familiar é aquele que anuncia claramente a influência de fatores ditos institucionais no sistema econômico; observa a importância fundamental do direito de propriedade que se desenvolve a partir dos séculos XVI e XVII, para o desenvolvimento da economia e para moldar os comportamentos econômicos; assinala a metamorfose de um comportamento predatório antigo que vai ter desenvolvimentos posteriores na acumulação e no comportamento empresarial; mostra como o consumo é determinado por fatores sociais — principalmente o *status* — e como os padrões de consumo são disseminados pela sociedade, a partir do consumo das classes dominantes; indica o caráter também ostentatório do consumo, isto é, a sua função relacional; assinala as disfunções entre as instituições que regem o comportamento econômico e o movimento do sistema econômico, na sua parte produtiva, ou seja, aponta uma contradição e um provável movimento de transformação.

De certa maneira, temos um conjunto de idéias que têm inúmeros pontos em comum com alguns aspectos de uma visão geral do marxismo. Um marxismo inferior, diríamos, dada a falta de sistematicidade das análises e as freqüentes lacunas. De outro lado, trata-se de um pensamento que não tem simpatias maiores nem por operários, nem por capitalistas.

Este Veblen analisa a economia de um modo que não se encontra distante da corrente principal e segue uma linguagem comum; descreve e analisa o fim do capitalismo concorrencial, o início do capitalismo financeiro; observa a importância da propaganda e inclusive os elementos conceituais básicos da concorrência imperfeita e da concorrência monopolística, desenvolvidos somente na década de 30; examina a questão das crises e depressões e observa que contêm fatores emocionais — doenças afetivas dos empresários, o que vamos encontrar, de alguma forma, na Teoria geral de Keynes e em toda

a teoria das expectativas; nota contundentemente como o consumo do governo, as guerras, as despesas suntuárias, a proteção tarifária podem ser elementos para expandir a economia e para evitar que crises sobrevenham; e, finalmente, acentua que a formação de monopólios constitui a saída para as crises e para a tendência à redução da taxa de lucros devido ao aumento da produtividade e ao constante barateamento dos preços dos bens de produção.²⁴

Não é nosso propósito aquilatar a originalidade dessas concepções. Há, sem dúvida, sinais de franco pioneirismo, muitos deles bem reconhecidos. Nada disso, porém, situa-o em uma posição especial na história do pensamento econômico.

Aqui entra o *outro* Veblen. Sinais de sua existência já foram apontados, num sentido muito especial: Veblen como precursor de Freud. Há que observar, contudo, que o fato de ser precursor de Freud pode ter significação para a psicanálise, mas nenhuma para a economia. Há tantos precursores de Freud, por ele mesmo indicados, que tal antecipação pode ser meramente curiosa. Aliás, existe um gigantesco precursor de Freud—Nietzsche. Norman O. Brown²⁵ faz interessantes paralelos entre Veblen e Freud. Refere-se ao caráter da perversão das necessidades no consumo ostentatório e à dificuldade de se entregar ao prazer por parte da classe ociosa, que não o busca simplesmente, mas se entrega às atividades cerimoniais e à etiqueta, ou seja: algum sentimento de culpa impede que o ócio seja inteiramente *ócio*. Diz ele seguir basicamente o livro de John Gams. ²⁶ De nossa parte, encontramos enorme similaridade entre algumas análises que Veblen faz da classe ociosa e da aristocracia, na Teoria da classe ociosa com aquelas desenvolvidas por Nietzsche, em *A genealogia da moral*.²⁷ De fato, os dois livros tratam de questões de valor. Talvez não fosse excessivo dizer que a Teoria da classe ociosa constitui uma elaboração da *Genealogia da moral* no terreno econômico. Enquanto o primeiro mostra como a origem das idéias morais provém de situações de dominação e submissão (a idéia de bem provém do guerreiro e da aristocracia e as idéias morais humanitárias provêm dos vencidos), o segundo exhibe as relações entre dominação e existência de excedente econômico, e o uso do consumo e do ócio conspícuos para demonstrar a superioridade dos vencedores.

Semelhantes ou não à psicanálise, o fato é que Veblen desenvolveu análises que lançaram uma importante luz sobre os fenômenos econômicos, muito pouco considerados até à época de sua produção teórica, e que certamente não receberam grandes contribuições posteriores. Trata-se de fenômenos psicológicos da economia. Veblen, conforme já se viu, considera cer-

²⁴ Thorstein. Teoria da empresa industrial. cit. cap. 5 e 6.

²⁵ Brown, Norman O. *Life against death — the psychoanalytical meaning of History*. Middletown, Connecticut, Wesleyan University Press, 1959.

²⁶ Gams, John S. *Iniciação simples à economia — o homem, o dinheiro e os bens de consumo*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.

²⁷ Nietzsche. F. *A Genealogia da moral*. Rio de Janeiro, Simões, 1958.

tas instituições como hábitos de pensamento ou *teorias da vida*, tendo, portanto, a sua análise das instituições um forte cunho psicológico.

No tocante à psicologia também é de reconhecer-se que as diversas teorias econômicas, à medida que lidam com decisões — de capitalistas ou trabalhadores, de produtores ou poupadores — se vêem a braços com questões psicológicas e invocam uma psicologia, por mais simples que seja. Há elementos ou suposições psicológicas na imagem do capitalista que busca maximizar os seus lucros e na imagem do consumidor que busca maximizar a sua utilidade, na figura do detentor de poupanças que espera alterações na taxa de juros e fica, temporariamente, preferindo a liquidez; nas expectativas dos empresários e em suas decisões de investir. Nesses comportamentos que parecem, em geral, conter racionalidade mas, também, esperança ou temor, pode-se incluir o reconhecimento de elementos de equívocos, como a ilusão monetária.

No marxismo há raros traços de uma psicologia econômica, podendo-se supor que parte dos comportamentos dos agentes é explicada de forma que constitui uma herança das suposições clássicas. Outros aspectos são, entretanto, explicados por elementos não propriamente psicológicos, mas ideológicos (entendendo-se por ideologia uma visão de mundo que condiciona comportamentos, é possível identificá-la com uma das acepções de Veblen para *instituição*). Não parece claro, entretanto, onde estão as fronteiras da explicação da *obsessão* do capitalista por acumular; onde entram os elementos ideológicos e onde intervêm as próprias forças do sistema capitalista. Todavia, o elemento central é a presença de uma ideologia do sistema capitalista, que condiciona tanto capitalistas quanto proletários, justifica e explica os acontecimentos, indica o seu lugar e, além disso, constitui uma espécie de encobrimento da realidade do sistema: a exploração.

Em Veblen, vamos encontrar elementos semelhantes ao marxismo. À medida que as instituições não acompanham o ritmo dos processos sociais, notaremos a presença de idéias que não correspondem à realidade. Isto fica claro na sua análise do direito de propriedade cuja realidade o sistema industrial, em seu desenvolvimento, vai negando. Assim, também, as próprias concessões da classe ociosa são superadas. Não há em Veblen, porém, qualquer concepção de ideologia autojustificadora ou mistificadora.

Assinalemos que a diferença marcante em Veblen é a análise de certos campos da economia onde prepondera a irrealidade, onde o simbólico tem ascendência sobre a realidade material e no qual reina alguma forma de fantasia.

Os dois campos analisados por Veblen, onde a presença do simbólico é fortemente indicada, são o do consumo e o das finanças.

Já examinamos as suas concepções relativamente ao consumo conspícuo. Foram desenvolvidas, conforme ele mesmo confessa, a partir de suas observações e também a partir do conhecimento do *potlach* dos índios americanos.

O sentido primeiro do consumo e do ócio conspícuos está em inverter qualquer orientação econômica de cálculo. Implica reconhecer a superioridade do mais caro sobre o mais barato e demonstrar superioridade eco-

nômica pelo desperdício e pelo gasto com inutilidades. Assinala também Veblen que este tipo de comportamento não se restringe às classes mais ricas. Mesmo os pobres são instados a tal comportamento, imitando os mais ricos, e freqüentemente incluindo nos seus gastos elementos conspícuos, em detrimento das necessidades mais básicas. Observa, ainda, como já assinalamos, que é impossível encontrar qualquer objeto de consumo sem alguma qualidade ostentória, decorativa ou cerimonial. Assim, sobre um mundo real, onde imperam as questões de custo e de produtividade constrói-se outro, no qual as orientações se encontram invertidas.

O outro campo da economia onde pode ocorrer a dominação do símbolo e da irrealidade é o das atividades financeiras. As condições que Veblen analisa são conhecidas. Ele as encara com uma seriedade sistemática. Dois aspectos são estudados. O primeiro diz respeito ao que chama de crédito capital e o segundo à acumulação financeira.

O que se encontra, nos dois casos, é a supremacia do papel-moeda e títulos e dos aspectos intangíveis na vida econômica. A existência do crédito capital resulta, de certo ponto, numa expansão fictícia da economia, sem uma contrapartida real, isto é, de expansão do aparelho produtivo. A sua origem está na possibilidade das organizações bancárias expandirem os seus empréstimos a partir de um montante limitado de depósitos, e dos tomadores de empréstimos obterem crédito a um nível superior a seus ativos materiais. Esta expansão do crédito possui assim uma base real — os ativos materiais dados como colaterais — e uma parte imaginária, devido ao crédito envolver elementos aleatórios de avaliação das possibilidades futuras do negócio. Levando ao paroxismo, pode-se conceber uma situação — para a qual a vida real oferece não poucos exemplos — de um círculo expansivo do crédito, no qual o montante recebido serve de base a novos empréstimos, e assim por diante. Em última instância, trata-se de um afastamento crescente da realidade econômica, a qual se expressa no sistema produtivo.

A base deste tipo de expansão irreal deve ser buscada na natureza da moeda e dos títulos. O fato de que a separação entre a moeda e sua contrapartida real se tornou crescente, e, especialmente, a existência de títulos de dívida em que a base real dos compromissos é nebulosa, introduziu, na vida econômica, um elemento de irrealidade que tem condições de ampliar-se.

O elemento de irrealidade tem condições de comandar a economia e mesmo ser responsável por seus mais graves problemas. Veblen observa que à expansão do crédito sucedem-se liquidações, resultantes da diferença entre os compromissos e as possibilidades efetivas de pagamento. Temos, portanto, um efeito desastroso da expansão do crédito sobre as atividades reais da economia. Um dos principais efeitos da expansão do crédito e das conseqüentes liquidações é a redistribuição da propriedade dos negócios, favorecendo aqueles que se encontravam em posição credora, isto é, os responsáveis pelas instituições financeiras. O que parece no entanto, mais significativo, não é apenas a redistribuição da propriedade, mas o fato de que as unidades produtivas passam para as mãos daquelas cuja atividade se centra nas zonas irreais da economia — a moeda, os títulos, os balanços contábeis.

Em relação à acumulação financeira, Veblen analisa a crescente preponderância dos bens intangíveis sobre os tangíveis no total dos *ativos* da economia. Veblen inclui, entre os intangíveis, ações ordinárias, patentes e, especialmente, o *good will* (isto é, a reputação de um negócio e suas relações com a clientela). Observa que a possibilidade de capitalização destes intangíveis e, especialmente, do *good will* é infinita. A partir de um conjunto de ativos tangíveis e de outros ativos financeiros, o capitalista pode iniciar um movimento de capitalização, com base no *good will* que não apresenta limites e acaba por inverter o comando da economia.²⁸

“Entre os bens de propriedade industrial que dessa maneira contribuem para o controle da situação financeira, os ativos intangíveis (representados por ações ordinárias, *good will* e outras coisas semelhantes) são de importância precípua. Daí, seguem-se dois resultados: as fortunas dos proprietários de bens acham-se em grande medida na dependência de outros — os proprietários de bens intangíveis; e a administração do equipamento industrial tende a concentrar-se nas mãos de homens que não possuem equipamento industrial, e que têm apenas interesse remoto no funcionamento eficiente desse mesmo equipamento. O ativo daqueles que possuem menos ou que possuem apenas bens materiais é administrado por aqueles que possuem mais, especialmente sob a forma de bens imateriais; os processos materiais da indústria acham-se sob o controle de homens cujo interesse se concentra na valorização dos bens imateriais”.

O sentido dessas observações sobre consumo e finanças, que o futuro veio em boa parte confirmar, é duplo. Em primeiro lugar, verifica-se que a economia material, através dos excedentes, dá lugar a operação de atividades cuja base fundamental é simbólica e expressiva. O consumo conspícuo orienta-se no sentido de afirmar *status*, e a despesa é determinada pela intenção de exibir superioridade, de modo que aumenta o teor expressivo deste tipo de aquisições. Por sua vez, o desenvolvimento do capital financeiro passa a incluir, na esfera econômica, um conjunto de atividades que são precipuamente simbólicas e que têm apenas uma relação mais ou menos distante com a produção e mesmo com os bens materiais. Em segundo lugar, é crescente a supremacia daqueles que são capazes de manejar símbolos sobre aqueles capazes de manipular materiais.

A contrapartida real, o sistema produtivo (o sistema industrial mecanizado) é acionado pelo desenvolvimento tecnológico, responsável pelo aumento crescente da produtividade. O aumento da produtividade tem, entre outras conseqüências, a expansão do excedente. E como a expansão do excedente é que permite o desenvolvimento das atividades expressivas e simbólicas, o sistema industrial é a condição de possibilidade do espaço simbólico na economia. O espaço simbólico traz, como contra-efeito, prejuízos ao sistema industrial pelos motivos já assinalados. Entretanto, na luta entre a lógica da produtividade do sistema industrial e a lógica do sistema simbólico, Veblen crê na supremacia do primeiro.

²⁸ Veblen, Thorstein. *Teoria da empresa industrial*. cit. p. 88-9.

A sua explicação das crises é uma interessante ocasião para observarmos o peso que Veblen dá à esfera simbólica no quadro dos processos econômicos. Sem dúvida, a sua teoria deixa muito a desejar se comparada com os esforços de outros teóricos, especialmente Marx. Diante da extensão de análises e da pletora relativa de explicações de Marx, o raciocínio de Veblen é consideravelmente inexpressivo.

Embora chame a atenção para os estados afetivos dos empresários (devido aos freqüentes insucessos) na explicação das depressões crônicas e também observe que ocorre nas crises uma cadeia de liquidações devidas a compromissos financeiros que não foram honrados, Veblen vai explicar o estado depressivo da economia como derivando da tendência à baixa da taxa de lucro, em decorrência do barateamento dos bens de produção, conjugada à concorrência. Embora admita a existência de possíveis saídas para a crise mediante o aumento da demanda (consumo conspícuo, consumo governamental, guerras), localiza a solução no controle da concorrência, pela formação de trustes. Os trustes são capazes de controlar os seus mercados de insumos e de produtos, e ao mesmo tempo garantir para si os ganhos decorrentes dos aumentos de produtividade causados pelo avanço tecnológico.²⁹

A explicação que Veblen dá para as crises e depressões representa, a nosso ver, uma importante pedra de toque em sua teoria econômica. Seus estudos dirigem-se no sentido do efeito de diversas instituições na produção, comercialização e consumo, na formação dos preços e na redistribuição da propriedade. Entretanto, quando vai estudar o fenômeno *capital*, abandona em grande parte tais elementos. No mesmo capítulo e no capítulo anterior, havia formulado proposições sobre os modos de atuação do capital financeiro. Ao referir-se, entretanto, à formação de grupamentos de empresas, considera que os trustes estão envolvidos com lucros reais, produtividade, concorrência, mercados, etc.

O fator fundamental é o sistema industrial e seus processos mecanizados. São suas características intrínsecas que demandam a realização de coligações e o fim da concorrência, enquanto a ação dos fenômenos financeiros tem apenas uma influência lateral. A necessidade daquelas coligações já estava, porém, inscrita nas características do processo mecanizado, e as práticas financeiras prestam-se apenas como meio para a unificação.³⁰

A grande questão consiste no peso específico do nível imaginário na economia, isto é, qual a consideração que deve ser dada à esfera simbólica na compreensão do sistema econômico.

Nos trabalhos de Veblen, não obstante o peso dado aos fenômenos simbólicos, sua importância é apenas relativa. De fato, escreve extensamente sobre suas características. Na base, porém, coloca um sistema eminentemente real — o sistema industrial — com sua própria mecânica e suas necessidades. É interessante que não faz qualquer penetração institucional no próximo sis-

²⁹ Thorstein. *Teoria da empresa industrial*. cit. cap. 7.

³⁰ Thorstein. *Teoria da empresa industrial*. cit. p. 133-4.

tema industrial, que compara, como já vimos, a um sistema mecânico. De fato, aproxima o sistema industrial de uma máquina, o que o coloca muito próximo da visão administrativa de Taylor, a quem cita, inclusive. Identifica o sistema industrial como um conjunto do qual se encontram ausentes os efeitos institucionais e imaginários e mal analisa qualquer conflito em seu interior.

Ademais, o seu grande tema é, em última instância, as relações entre uma instituição — o regime de propriedade — e o sistema industrial. Os avanços do sistema industrial tornam obsoletas as concepções de propriedade baseadas no direito natural e impõem uma forma de propriedade coletiva. Temos, assim, uma instituição específica que molda a compreensão e o comportamento dos homens e é superada pelas circunstâncias que demandam novas instituições. O motor das transformações, é, entretanto, um elemento não-institucional: o sistema industrial, que é, no seu entender, causa mas não efeito das instituições.

4. Observações finais

Duas orientações fundamentais parecem resumir o pensamento básico de Veblen acerca das instituições e o seu papel na economia e na sociedade: não é possível compreender estas últimas, sem levar em conta as instituições; mas também não é possível traçar, para todas as circunstâncias, um esquema válido que resuma o papel das instituições no funcionamento da economia e da sociedade. Expressa o pensamento de Veblen um certo padrão a que só hoje nos estamos acostumando: *ressalta-se a importância de uma variável, sem estabelecer as formas gerais e permanentes de sua intervenção*. Trata-se de um pensamento que ao mesmo tempo segue um padrão (existente uma variável importante) e não segue um padrão (não sabemos de antemão como esta variável vai atuar, se intensamente ou não, por exemplo).

O tipo de ciência que esta forma de *pensar* a sociedade Veblen introduz é aquele que rejeita tanto os modelos formais, quanto qualquer tipo de historicismo que afirme dispor da chave da compreensão da história (do *motor da história*). Veblen não é um representante puro de tal tendência, encontrando-se nos seus escritos, em diversas proporções, ilustrações de outras concepções da ciência. Assim, o estudo das instituições na sua existência concreta (de certa forma, o estudo de instituições de modo abstrato não é nada...) apenas nos prepara para melhor perceber as instituições que por acaso sejam estudadas no futuro: não promete nada em termos do aumento de nossas capacidades preditiva e explicativa. O estudioso das instituições envolve-se com uma dificuldade semelhante à do clínico, quando este ingressa no cipoal daquelas situações em que uma doença, apesar de não deixar de sê-lo, constitui um elo de uma cadeia e, portanto, é simultaneamente doença e sintoma. Entretanto, o modelo clínico apenas sugere esta forma de ciência e suas dificuldades.

Outro elemento do pensamento de Veblen que hoje, afortunadamente, não constitui qualquer novidade, é a da co-presença de diversas formas sociais, cada uma delas representando etapas diversas da história da sociedade. As correntes de pensamento mais impregnadas pelas tendências dominantes do século XIX levaram décadas, no presente século, para liberar-se de uma concepção newtoniana do tempo histórico-social e, também, para integrar, em sua concepção, o fenômeno da regressão a formas arcaicas, *ultrapassadas*. Há uma lógica a ser apreendida daquela compreensão não-newtoniana: a de que as formas disponíveis de articulação entre as diversas partes do social são mais flexíveis do que supomos (em termos da compatibilidade entre suas partes, o orgânico, a nível biológico, seria assim mais “exigente” que o orgânico a nível social).

As relações entre o nível simbólico e o funcionamento da economia — outro tema de Veblen, que tanto ressaltamos — podem ser traduzidas na forma das ações mútuas entre o nível econômico e a *superestrutura*. A este respeito, os antropólogos fizeram considerável avanço no presente século, mas outros interessados, os economistas, persistem cegos no sentido do caráter simbólico de algumas variáveis econômicas, perdendo de vista, com frequência, o conteúdo eminentemente simbólico do dinheiro e dos títulos de propriedade. A continuação da inspiração de Veblen tomaria a forma de uma pesquisa da importância de determinadas formas simbólicas em economias reais, segundo uma perspectiva predominantemente econômica (e não segundo uma perspectiva predominantemente antropológica).

Uma explicação mais profunda dos quadros lógicos do pensamento de Veblen exigiria um exame completo de sua obra. Por isso, resumimos as nossas observações aos parágrafos anteriores. Desejando, porém, ir algo além, apresentamos a seguir, na forma de cinco teses, algumas idéias que poderão orientar investigações posteriores sobre as instituições e sobre a ação dos símbolos na economia:

1. *Dado o sentido múltiplo do termo instituição, como organização, valor, hábito, norma, prática, a abordagem institucional pode tomar variados caminhos.*

A própria obra de Veblen exemplifica esta variedade de direções. É possível que, dependendo do setor e da variável econômica, alguma forma institucional tenha proeminência. No caso do consumo: hábitos e valores; no caso da produção: formas organizacionais e hábitos, e assim por diante. Há, também, que considerar que a abordagem institucional pode realçar aspectos organizacionais, normativos ou expressivos.

2. *É provável que os fatores institucionais apresentem limitações em sua capacidade explicativa e que também haja setores da economia em que a “causalidade institucional” tenha uma atuação reduzida.*

A idéia que desejamos sugerir é dada pela diferença entre uma *hard economics*, menos afetada por fatores institucionais e que chega a determiná-los ou a moldá-los, e uma *soft economics*, relativa a áreas em que os fatores institucionais têm dominância. Segundo exemplo de Veblen, podemos admi-

tir que as áreas que envolvam a predominância de equipamentos sejam o domínio da *hard economics*, enquanto aquelas em que têm maior peso as relações pessoais e a utilização de meios expressivos sejam o domínio da *soft economics*. Restaria saber se no conjunto da economia as áreas *soft* teriam sempre de se submeter às áreas *hard* que, de fato, seriam a fonte das orientações fundamentais. Desta forma, a economia institucional seria capaz de explicar e compreender certos aspectos da realidade econômica, mas teria pouco a dizer sobre o seu direcionamento mais profundo.

3. A realidade institucional é de eminente complexidade e a explicação institucional corre o risco de apresentar paródias da realidade.

Assinalamos, quando dos comentários à Teoria da classe ociosa, a impressão às vezes caricata que nos davam suas descrições e análises. É provável que se devesse ao espírito do autor. Entretanto, a complexidade da realidade institucional, o seu entrecruzamento e as indeterminações que parece facultar podem promover apelos às simplificações. De outra parte, a causação da parte de instituições muito complexas é, freqüentemente, difícil de ser comprovada.

4. A abordagem institucional parece fundamental à política econômica.

Na medida em que a política econômica pretende dirigir ou orientar o comportamento de agentes — pessoas, grupos, ou organizações — o conhecimento de aspectos institucionais parece ser o melhor meio de prevenir equívocos. As políticas relativas às áreas financeira, comercial e de consumo são as que mais recomendam a abordagem institucional.

5. Aceitas as teses de Veblen sobre o caráter arraigado das instituições e sobre a tendência à reversão a instituições mais antigas ou tradicionais, deve-se conhecê-las bem, especialmente no tocante a políticas econômicas de mais longo prazo, como as políticas de desenvolvimento.

As políticas de desenvolvimento cedo atingem determinadas instituições, que se apresentam como obstáculos. Dado o enraizamento destas instituições nos grupos ou indivíduos, a não consideração de estratégias para a sua transformação pode causar resultados desastrosos. Dentre os efeitos mais danosos encontram-se as reversões a instituições mais arcaicas do que aquelas que se buscou remover.

Ao lado destas questões mais gerais, constitui sugestão óbvia que sejam melhor estudadas as instituições que moldam e determinam o comportamento em muitos setores da economia brasileira. Este terreno apresenta-se, hoje em dia, bastante virgem e foi como que muito “revolvido” pela introdução de novas formas organizacionais e institucionais nos últimos quinze anos.